

Senhores Acionistas:
Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999 e 1998.
Colocamo-nos à inteira disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

A DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998 (Em reais)

Ativo	1999		1998	
Circulante				
Bancos - Contas movimento	5.725	1.554		
Despesas a serem reembolsadas	79.576	267		
Juros a receber - Notas promissórias.....	6.244.166	9.519.597		
Despesas antecipadas	-	-		
Notas promissórias	73.819.000	-		
	80.148.467	9.521.418		
Realizável a longo prazo				
Notas promissórias.....	43.404.879	117.223.879		
	43.404.879	117.223.879		
Total do Ativo	123.553.346	126.745.297		
Passivo				
Circulante				
Juros a pagar - Debêntures.....	6.244.166	9.519.597		
Obrigações fiscais - IRRF	79.576	815		
Valores a pagar	4.725	6		
Debêntures	73.819.000	-		
	80.147.467	9.520.418		
Exigível a longo prazo				
Debêntures	43.404.879	117.223.879		
	43.404.879	117.223.879		
Patrimônio líquido				
Capital social	1.000	1.000		
Total do Passivo	123.553.346	126.745.297		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infovias PNSC S.A. foi constituída em 4 de dezembro de 1996, tendo por objeto exclusivo a aquisição de direitos creditórios devidos pela Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT) às suas contratadas - Construtel Projetos e Construções Ltda., Ficap S.A., Pirelli Cabos S.A., Schain Cury Engenharia e Comércio Ltda. e Splice do Brasil Telecomunicações e Eletrônica Ltda. - todas empresas vencedoras da licitação para a execução dos fornecimentos e serviços para a implantação de sistemas de transmissão de cabos ópticos na área de concessão da CRT, firmados em 29 de novembro de 1996 entre CRT e cada uma destas empresas (Contratadas), a serem pagas pela CRT com notas promissórias emitidas pela CRT nos termos e condições previstos no contrato de financiamento a que se refere o item (ii) da, alínea (a), do parágrafo 4º, do art. 6º, do Estatuto Social da Sociedade, juntamente com todos os direitos, garantias e prerrogativas, principais ou acessórias, assegurados nos respectivos instrumentos contratuais aos direitos creditórios e notas promissórias aqui mencionados.

A Sociedade poderá ainda assumir de terceiros, obrigações de pagar faturas por serviços de telefonia prestados pela CRT, contra recebimento de contraprestação em dinheiro, a ser fixada caso a caso pelo Conselho de Administração e aprovada pela maioria dos acionistas detentores de ações preferenciais Classe A, reunidos em Assembléia Especial convocada especialmente para este fim.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As operações da Sociedade são registradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

Série	Data de emissão	Vencimento	Quantidade
1ª	29/05/97	29/05/00	13.135
2ª	29/07/97	29/07/00	16.568
3ª	29/07/97	29/07/00	5.397
4ª	29/09/97	29/09/00	22.506
5ª	29/11/97	29/11/00	16.213
6ª	30/01/98	30/01/01	12.105
7ª	29/03/98	29/03/01	8.271
8ª	29/07/98	29/07/01	3.260
9ª	29/09/98	29/09/01	18.946
Total			116.401

6. DESPESAS REEMBOLSADAS

As despesas gerais Administrativas e Financeiras, incorridas no período, foram registradas no resultado e ressarcidas integralmente junto à CRT, cujo contrato prevê o reembolso de despesas, custos e encargos relacionados ao processo desde a estruturação e manutenção até a liquidação da Companhia, limitados a 2% sobre o montante pactuado.

O contrato prevê ainda que a CRT tem a responsabilidade por novos tributos e/ou majoração de alíquotas de impostos indiretos. Com relação a essa responsabilidade vide informações contidas na Nota Explicativa nº 9.

7. CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

O capital social da Empresa é de R\$ 1.000 (um mil reais), dividido em 1.000 ações, nominativas sendo 990 ordinárias sem valor nominal e 10 preferenciais Classe A, com valor nominal de R\$ 1 (um real) cada.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade possui operações envolvendo instrumentos financeiros tais como definidos na Instrução CVM nº 235/95, que são geridas e controladas pela Administração. Tais instrumentos financeiros representados por notas promissórias e Debêntures possuem o mesmo montante, prazo e taxa de remuneração e serão liquidados simultaneamente. As variações ativas e passivas a valor de mercado se compensam.

b. Notas promissórias e debêntures

São registradas pelo valor de emissão, atualizadas pelos rendimentos/ encargos decorridos até a data do balanço.

4. NOTAS PROMISSÓRIAS A RECEBER

Tratam-se de investimentos financeiros pós-fixados com remuneração equivalente à taxa ANBID mais 2% a.a. e coincidem em valor, remuneração e datas de vencimentos com as Debêntures emitidas (vide Nota 5). Os juros são recebíveis semestralmente. Eram representadas em 31 de dezembro de 1999 por:

Tranche	Debêntures equivalentes	1999		1998	
		Principal	Juros	Principal	Juros
Primeiro	1ª série	13.135.000	235.298	13.135.000	314.063
Segundo	2ª e 3ª séries	21.965.000	1.895.522	21.965.000	2.707.748
Terceiro	4ª série	22.506.000	1.110.341	22.506.000	1.875.645
Quarto	5ª série	16.213.000	290.436	16.213.000	387.659
Quinto	6ª série	12.105.000	1.044.629	12.105.000	1.492.251
Sexto	7ª série	8.494.317	419.070	8.494.317	707.915
Sétimo	8ª série	3.348.020	288.925	3.348.020	412.729
Oitavo	9ª série	19.457.542	959.945	19.457.542	1.621.587
Total		117.223.879	6.244.166	117.223.879	9.519.597

5. RECURSOS DE DEBÊNTURES

Foram emitidas 9 séries da primeira emissão de natureza pública, espécie subordinada, tipo simples, prazo de 36 meses com cupons semestrais de rendimentos calculado de acordo com a variação da taxa divulgada pela Associação Nacional de Bancos de Investimento (ANBID) para depósitos bancários a prazo, do tipo pré-fixado mais negociado e de maior volume, apresentado ("taxa ANBID"), acrescido de sobretaxa de 2% ao ano, pelo valor de R\$ 1.000 cada debênture. Em 31 de dezembro de 1999 as Debêntures encontravam-se na sua totalidade em circulação, com o principal classificado no longo prazo e os encargos decorridos classificados no curto prazo, com a seguinte distribuição:

	1999		1998	
	Encargos Principais até a data	Encargos Principais até a data	Encargos Principais até a data	Encargos Principais até a data
	13.135.000	235.298	13.135.000	314.063
	16.568.000	1.429.775	16.568.000	2.042.430
	5.397.000	465.747	5.397.000	665.318
	22.506.000	1.110.341	22.506.000	1.875.645
	16.213.000	290.436	16.213.000	387.659
	12.105.000	1.044.629	12.105.000	1.492.251
	8.494.317	419.070	8.494.317	707.915
	3.348.020	288.925	3.348.020	412.729
	19.457.542	959.945	19.457.542	1.621.587
	117.223.879	6.244.166	117.223.879	9.519.597

9. ALTERAÇÃO NA CARGA TRIBUTÁRIA

Com o advento da Lei nº 9.718 de 27 de novembro de 1998, a base de cálculo da COFINS e do PIS foi alterada em razão do acréscimo de outras receitas até então não contemplada pela legislação vigente.

Além disso a alíquota da COFINS passou de 2% para 3%, podendo este acréscimo de 1% ser compensado na Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL). O montante de R\$ 79.632, registrado na conta de impostos, taxas e contribuições refere-se aos tributos PIS e COFINS do período de dezembro de 1999.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MAURO SÉRGIO DE OLIVEIRA - Presidente

RENATO DIAS PINHEIRO

CÉSAR REINALDO LEAL PINTO

DIRETORIA

RENATO DIAS PINHEIRO -

Diretor Geral e de Relações com o Mercado

SUELI DE FÁTIMA FERRETI - Diretora sem Designação Especial

Contador - Paulo Sérgio Lopes Sanches - CRC CT1SP123.140/O-9

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998 (Em reais)

	1999	1998
Receitas/ (despesas) financeiras		
Juros sobre notas promissórias	31.422.480	27.692.131
Juros sobre debêntures.....	(31.422.480)	(27.692.131)
	-	-

Despesas administrativas e gerais

Registros CVM	4.060	4.972
Aluguel da sede.....	2.000	2.000
Honorários advocatícios	6.629	18.610
Auditoria	21.000	16.800
Publicações e material	15.386	17.261
Despesas com consultoria	25.000	25.000
Custódia	135.665	165.962
Contrato de gestão	119.191	97.263
Outras despesas	248.203	7.260
PIS e COFINS s/ rec. Financeiras.....	1.093.829	-
Reembolso de despesas	(1.670.963)	(355.128)
Resultado líquido do exercício	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998 (Em reais)

	Capital social	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 1997 ...	1.000	-	1.000
Resultado líquido do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 1998 ...	1.000	-	1.000
Resultado líquido do exercício	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 1999 ...	1.000	-	1.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998 (Em reais)

	1999	1998
Origem dos recursos		
Aumento do exigível a longo prazo	73.819.000	43.404.879
Aplicações de recursos	73.819.000	43.404.879
Aumento do realizável a longo prazo	73.819.000	43.404.879
Aumento do capital circulante líquido	-	-
Variações no capital circulante líquido		
Ativo circulante	70.627.050	4.735.004
No início do período	9.521.418	4.786.414
No fim do período.....	80.148.467	9.521.418
Passivo circulante	70.627.050	4.735.004
No início do período	9.520.418	4.785.414
No fim do período	80.147.467	9.520.418
Capital circulante líquido	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Infovias PNSC S.A. - São Paulo - SP
Examinamos os Balanços Patrimoniais da Infovias PNSC S.A., levantados em 31 de dezembro de 1999 e 1998 e as respectivas Demonstrações de Resultados, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 1999 e 1998, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreendem: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Infovias PNSC S.A., em 31 de dezembro de 1999 e 1998, os resultados de suas operações, as Mutações de seu Patrimônio Líquido e as Origens e Aplicações de seus Recursos, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 1999 e 1998, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária.

São Paulo, 21 de março de 2000.

Ricardo Anhesini Souza KPMG Auditores Independentes
Contador CRC 1SP152233/O-6 Contador CRC 2SP014428/O-6